

Problemas de assistência

III

Focamos, no nosso último artigo, a necessidade de se fazer um estudo sério sobre a causa da miséria que vem junto dos poderes públicos ou da bolsa particular pedir socorro. E insistimos na vantagem da assistência preventiva, muito mais humana e cristã, do que a assistência curativa.

Com efeito, se continuarmos a empregar os nossos esforços no sentido de prestar auxílio aos necessitados e a dispendir somas importantes nesse «caritativo» auxílio, nunca chegaremos a resolver o problema. A doença social que vai minando o corpo da Nação continuará a fazer as suas vítimas — e cada vez em maior número — e continuará também a outra chaga social, que é a da perda da dignidade pessoal, a fazer baixar o nível cívico e moral da comunidade. Se, porém, dirigirmos as nossas atenções para as causas que provocaram tanta miséria, e dispendermos os nossos esforços no sentido de neutralizar essas causas, o mal irá inevitavelmente diminuindo, até se fixar naquele ponto morto, para além do qual nada mais há a fazer senão aliviar aquela miséria que nenhuma iniciativa humana poderá evitar.

O diagnóstico não está ainda feito. Mas talvez possamos, pelos dados da experiência, chegar desde já a um certo número de conclusões que muito facilitarão o trabalho assistencial.

A primeira causa da miséria tem sido até hoje, a da velhice. É vulgar o caso de um homem que, depois de uma vida longa de trabalho e de um salário que lhe não permitiu economias, se vê preferido pelos mais novos, despedido e lançado na miséria. Se os seus filhos não ganham salário que lhes permita sustentar os seus derradeiros anos de vida, este homem terá de viver à custa da assistência pública ou particular. As caixas sindicais de previdência nasceram para destruir esta causa de miséria. Quando poderão elas cumprir, porém, integralmente a sua missão? No entanto, todos os esforços se deveriam conjugar para que ao homem que honradamente trabalhou, não falte na velhice o carinho do lar e a posição digna que lhe pertence.

Outra causa de miséria, tão vulgar como a primeira, é a doença ou a morte prematura do chefe de família. Um lar, cujo ganha-pão adquiriu doença prolongada ou dela veio prematuramente a morrer, é um lar na miséria. E tanto mais dolorosa quanto é certo que esta causa não poupa senão proprietários ou capitalistas. Todos os demais, embora a respectiva posição social seja elevada, dum dia para o outro ficam sem pão nem agasalho. E ainda se não previu entre nós a organização que remedeie este mal. No entanto, era bem mais humano e cristão que fosse garantido à viúva e aos filhos menores uma pensão recebida com dignidade, do que um subsídio que se esmola na Assistência.

Também é causa de miséria o desemprego. Seguiu-se em Portugal uma política dignificadora procurando antes dar trabalho a sustentar com subsídio os desempregados. Mas é norma legal, que tem sido rigorosamente aplicada, não conceder

trabalho a desempregados que não estejam inscritos no respectivo Commissariado, pelo menos há seis meses. Mas se, ordinariamente, as condições económicas dos empregados e operários mal lhes permite passar uma semana sem vencimento ou salário, em que situação familiar chegam estes homens à altura de serem socorridos pelo Commissariado do Desemprego? Atrás do desemprego, vem a falta de alimentação, atrás dela a tuberculose. E não é preciso dizer mais nada. Quando na família existe alguém que pode empregar-se — mulher ou filhas — aí vão elas para o trabalho, arruinar a saúde, a honra e o lar.

Podemos enumerar também entre as causas de miséria a incompetência profissional. É certo — a experiência neste ponto é elucidativa — que um bom operário ou empregado raramente está desempregado e, se o está, depressa encontra trabalho. O mesmo não acontece com os incompetentes. Estes homens estão periodicamente no desemprego ou são acolhidos no trabalho mais por favor do que por utilidade. As suas famílias são portanto daquelas que estão sempre em necessidade de assistência. A má situação económica dos pais obrigaram-nos a ir trabalhar muito cedo e num trabalho que depressa

DESENVOLVIMENTO
rendesse algum salário. Não fizeram a aprendizagem. E mesmo, quando chegam a fazê-la, onde estão aí as escolas de aprendizagem que habilitem os jovens operários ao trabalho, e lhes deem a consciência e o brio profissionais? Embora o nosso operário, em igualdade de circunstâncias, seja pelo menos tão bom como qualquer outro, a verdade é que muitas vezes a sua preparação técnica é tão deficiente que o rendimento do seu trabalho não permite salário compensador. E entramos assim num círculo vicioso: o operário não se estimula porque ganha mal, e ganha mal porque não sabe trabalhar nem o seu trabalho dá rendimento que permita elevar-lhe o salário.

Todas estas causas poderemos chamar-lhes causas económicas da miséria. A Assistência Pública é chamada a remediar-lhes os terríveis efeitos. Mas não pode ser ela a encarregada de os suprimir.

O que ela pode e, no nosso entender, deve fazer, é discriminar os motivos pelos quais as causas económicas actuam, e pôr em evidência a escala em que actuam. E, depois, chamar ao cumprimento do seu respectivo dever social as entidades particulares ou públicas que deverão cortar o mal pela raiz.

Teríamos assim todo um trabalho económico e social a fazer, que poderíamos resumir em poucas palavras:

1.º Tornar a economia do País apta a suportar os encargos sociais que lhe competem;

2.º Tornar o operariado — melhor diremos o trabalhador manual e intelectual — suficientemente produtivo, de forma a permitir a economia o cumprimento da sua missão social.

Não se trata de um círculo vicioso, embora o pareça à primeira vista. Comece-se por um dos lados e logo

o efeito se fará sentir no outro. O que é preciso é começar. E parece-nos que só o Estado está em condições de o fazer, não por si mesmo, mas pelo estímulo, orientação e auxílio que pode dar à iniciativa particular.

Noutro artigo estudaremos outras causas não económicas da miséria.

ABEL VARZIM